



GRANDE ENTREVISTA MANUEL CASTRO ALMEIDA

“Fundos europeus para pequenas e médias empresas vão triplicar”

Portugal 2020. País receberá 21 mil milhões de euros em fundos europeus, num programa que, segundo Castro Almeida, terá uma gestão e uma filosofia muito diferentes do actual QREN.

Bruno Faria Lopes
bruno.lopes@economico.pt

A Europa dos programas de ajustamento ainda é a Europa dos fundos comunitários – e o novo quadro de apoio, o Portugal 2020, trará mais 21 mil milhões de euros para os próximos sete anos. Manuel Castro Almeida, 56 anos, secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, lidera operacionalmente a “holding” governamental que gere o dinheiro europeu. Em entrevista ao Diário Económico – dias depois do Governo ter enviado para aprovação em Bruxelas o plano geral de aplicação dos fundos – Castro Almeida explica as diferenças entre as prioridades e a gestão deste programa e do anterior, o QREN.

Quais as prioridades do Governo na gestão deste novo pacote?

A mudança principal consiste em afectar mais dinheiro para o lado da competitividade da economia, ou seja, as empresas e o emprego. E menos dinheiro, em contrapartida, para as infra-estruturas. Isto não significa que vá tudo para a economia e nada para as infra-estruturas. Significa que há uma reorientação, porque os últimos quadros de apoio tiveram como prioridade as infra-estruturas. **As infra-estruturas baixam, mas não desaparecem.**

Não. Há uma decisão muito notória nas estradas, mas na ferrovia ainda terá que haver investimentos importantes. O investimento em transportes vai ser muito afe-rido em função justamente da competitividade das empresas. Estamos a falar de redes transeuropeias que nos tirem as mercadorias daqui e mesmo na rodovia vamos tentar que ainda se possam fazer algumas pequeníssimas ligações no sentido de se favorecer a competitividade das empresas. **Que peso ganha a parte da competitividade?**

O eixo da competitividade e internacionalização vale 43% do futuro Portugal 2020 [cerca de nove mil milhões de euros], um aumento de dois mil milhões de euros para esta área. Representava 33%.

Quando diz “competitividade e internacionalização” está a falar concretamente de quê?

Vamos estar interessados em apoiar quer as empresas que vão

exportar, quer aquelas que vão substituir importações. Mas, dirá, concretamente isso traduz-se em quê? Vamos privilegiar sobretudo os investimentos das empresas dirigidos à inovação, à investigação e ao aumento do valor dos produtos. Vai haver uma aposta muito grande em trazer o potencial científico e tecnológico, que o nosso país tem, para o interior das nossas empresas, para que se traduza em mais facturação. Mas cada empresário é que sabe que investimento tem que fazer para tornar a sua empresa e os seus produtos mais competitivos. O papel do Estado é pôr-se ao lado dos empresários.

Se a decisão é de cada empresário que incentivos vai o Governo usar na gestão dos fundos?

Não vamos substituir-nos às decisões dos empresários, podemos é motivá-los a tomar certas decisões. Se dissermos que vamos apoiar a contratação de doutorados e investigadores estamos a dar um sinal às empresas.

Estamos a falar sobretudo de que tipo de empresas? A prioridade será apoiar pequenas e médias empresas e menos as grandes?

Vão ser apoiadas ambas. É um erro tão grande esquecer as grandes empresas como esquecer as pequenas empresas. As grandes empresas já foram pequenas. Já deram provas. Não fui eu que inventei a expressão, mas defendo a tese de que todas as PME querem ser médias empresas. Não creio que seja válida a distinção entre

grandes e pequenas empresas. Há boas e más iniciativas.

Pergunto pela distinção em termos de tamanho na gestão dos fundos comunitários porque no acesso ao crédito há diferenças que beneficiam as maiores...

Não creio que devamos distinguir as empresas pelo tamanho que têm, mas pela qualidade dos projectos que apresentamos. Contudo, no eixo de competitividade o sector específico de apoio às PME vai triplicar [para um valor que excede, grosso modo, quatro mil milhões de euros]. É uma garantia maior para as PME de que não serão prejudicadas na distribuição dos fundos.

São antigas as queixas das empresas sobre a complexidade das candidaturas aos fundos e do acesso ao dinheiro. É intenção do Governo desburocratizar este processo? Como?

É a crítica mais frequente que ouvimos: a obscuridade e complexidade na definição de qual é o programa a que uma empresa se pode candidatar e, depois, um excesso de burocracia associada às candidaturas, que vai até ao processo dos pedidos de pagamento e ao efectivo recebimento dos fundos. Vamos trabalhar intensamente nesse sentido. Criei um grupo de pessoas que está só a trabalhar no sentido de diminuir drasticamente o número de regulamentos. Hoje há milhares de páginas a regulamentar os fundos. Temos que concentrar este código. Vamos aliviar a carga burocrática.

Aliviar a burocracia como?

Um exemplo: se uma empresa se candidata a um fundo e para isso tem de apresentar documentos, não precisamos de pedir novamente os documentos se a empresa se candidatar a outro fundo. Outro exemplo: quando chega a hora de documentar as despesas não faz sentido pedir para juntar coisas como o papelinho do táxi. Vamos fixar custos médios de certos procedimentos. Outro exemplo: muita gente tem uma boa ideia para investir, mas não sabe a que fundo pode recorrer. Há muita confusão, muitos fundos e programas. Vai haver um balcão único onde as pessoas podem apresentar o seu projecto, sendo orientadas para o sítio certo. Será uma inovação.

Este ano falou-se muito no Banco de Fomento, mas não tem havido

novidades. Como vai, afinal, articular-se este banco de fomento com a gestão dos fundos comunitários?

Não vou adiantar-me muito sobre isso porque ainda não é tempo de dar detalhes. O Conselho de Ministros encarregou três secretários de Estado – eu, o secretário de Estado das Finanças e o secretário de Estado adjunto da Economia – de completar os estudos para a criação de uma instituição financeira de desenvolvimento. Estamos a trabalhar nisso e a ideia é de que em Outubro apresentemos o fim dos estudos tendentes à criação dessa instituição financeira de desenvolvimento. A ideia é facilitar o acesso aos fundos europeus. **No caso do QREN, lançado em 2007, passou um ano e meio até as empresas conseguirem apresentar candidaturas. Qual é a perspectiva de início de pagamentos neste pacote?**

Quando foi o QREN os primeiros fundos foram movimentados no final de 2009, ou seja, quase dois anos depois do início do programa. Agora com o Portugal 2020, de 2014 a 2020, o nosso objectivo é que no segundo semestre de 2014 já haja movimentos financeiros. Queremos antecipar em um ano o que aconteceu há sete anos. Não dependemos só de nós. O Parlamento Europeu ainda não aprovou as perspectivas financeiras e só depois de aprovadas é que podem dar-se os passos formais para o acordo de parceria. Pode haver algum atraso que tem origem nas instituições europeias.

Como vai funcionar a gestão dos fundos? Quem decide o quê?

A responsabilidade máxima pelos fundos está colocada no ministro adjunto [Miguel Poiates Maduro] que, por sua vez, delegou em mim as competências nesta matéria. A definição do quadro geral está no ministério adjunto e no secretário de Estado do Desenvolvimento Regional. Depois haverá quatro programas operacionais temáticos que vão estar alojados, um no Ministério da Economia, outro no Ambiente, outro na Educação e na Solidariedade Social. Haverá, além destes programas temáticos que são nacionais, programas regionais colocados junto de cada uma das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, que reportam a este ministério. ■

PERFIL

Uma carreira ligada às autarquias

Nascido em 1957, Manuel Castro Almeida iniciou-se cedo nas lides autárquicas: tinha 16 anos quando, ainda estudante, se tornou auxiliar administrativo dos serviços municipalizados de S. João da Madeira. Em 1980, concluiu a licenciatura em Direito e, mais tarde, em Paris, fez uma pós-graduação em Administração Pública. Entre vários cargos e entidades, destacou-se a passagem pela comissão de Coordenação da Região Norte, pela Junta Metropolitana do Porto, pela direcção do PSD e, no último governo de Cavaco Silva, como secretário de Estado da Educação e Desporto. Foi ainda eputado pelo círculo de Aveiro, até 2002, em que assumiu a presidência da Câmara de S. João da Madeira. Em Abril deste ano tomou posse como secretário de Estado do Desenvolvimento Regional.

“Vamos

Anulação de projectos com verbas do QREN comprometidas mas ainda por executar.

A reprogramação dos fundos do actual quadro de apoio irá continuar e com maior intensidade, avisa Manuel Castro Almeida. Os alvos prioritários para libertação de verbas do QREN empatadas mas por executar são as empresas.

Foi anunciada a reprogramação dos fundos do QREN, mas os montantes anulados ainda não correspondem ao previsto. Qual a razão para a discrepância?

A operação limpeza está em curso permanente e cada vez de forma mais intensa. A área dos apoios às empresas é onde há uma taxa de execução mais baixa. Muitas empresas aprovaram projectos no QREN, mas depois ou não começaram ou deixaram a meio. Temos uma taxa de compromisso muito elevada,

PONTOS
CHAVE

● “Mais dinheiro para o lado da competitividade da economia, ou seja, as empresas e o emprego”, diz Manuel Castro Almeida, secretário de Estado do

Desenvolvimento Regional sobre os fundos actuais e futuros 21 mil milhões do QREN.

● “Não devemos distinguir as empresas pelo tamanho, mas pela

qualidade dos projectos”, frisa Castro Almeida.

● Estudos para a criação do Banco de Fomento serão conhecidos em Outubro.

Paula Nunes



reforçar operação limpeza nas empresas”

mas uma taxa de execução baixa. Por isso vamos ter de reforçar a operação limpeza na área das empresas. Vamos aconselhar as empresas que não consigam executar a totalidade do projecto a diminuir a extensão do projecto e reformular-lo para poder concluir – ou, então, a deixar de cair de vez, porque temos que reafectar aquele dinheiro. O dinheiro está comprometido, mas não está executado. Temos de libertar esse diferencial. Existem intenções de investimento que hoje não podemos financiar porque o dinheiro está comprometido.

Que informações vos transmitem as empresas com baixa ou nenhuma execução? Quais são as razões?

São projectos que foram aprovados no tempo das vacas gordas, em que era fácil obter crédito e mercado não estava recessivo. Agora, por dificuldades de crédito ou por quebra da procura as empresas querem fa-

“

Vamos ter um diálogo com as empresas porque não queremos fazer isto a mal, mas temos de ser rigorosos na aplicação dos recursos

zer um ‘downgrade’ das suas intenções de investimento. Devemos ter compreensão pelas novas realidades, mas também não podemos ficar quietos. É absolutamente impensável as empresas não executarem dinheiro que está comprometido e nós acabarmos por ter de o devolver a Bruxelas.

Continuam a ter candidaturas ao QREN. É possível traçar um retrato genérico do tipo de empresas com projectos anulados e das empresas que estão a apresentar pedidos para investir? Por sector ou dimensão?

Não creio que possa haver classificação por sectores. É muito transversal. Há muitas intenções de investimento e infelizmente há por todos os sectores agentes económicos que não estão a levar os seus projectos até ao fim. Vamos ter um diálogo com as empresas porque não queremos fazer isto a mal, mas temos de ser rigorosos na aplicação dos recursos.

As empresas com projectos por executar resistem à pressão para anular?

Se uma empresa tem um contrato de financiamento vai tentar estendê-lo até ao limite na esperança de que as coisas venham a melhorar e de que possam vir a cumprir o seu programa. Mas temos ‘timings’ a cumprir e é este equilíbrio que é preciso fazer.

Não teme, com esta nova realidade económica, haja falta de candidaturas ao novo programa até 2020?

Não. Procuro andar muito pelo país, tenho contacto intenso com as empresas e gosto muito da vida empresarial, de conhecer vários sectores e sinto que há dinamismo e vontade de ganhar novos mercados. Um exemplo: estive ontem em Santarém, numa zona de pedra de onde estão a sair ‘n’ camiões por dia de pedra para a China. Há potencial grande e esta crise aguçou o engenho dos nossos empresários. ■

OPERAÇÃO LIMPEZA

330 milhões

Montante de fundos recuperados até Agosto de 2013 em projectos com execução inferior a 10%.

700 milhões

Objectivo previsto para a recuperação de verbas empatadas em projectos parados.

NOVO PACOTE EUROPEU

21 mil milhões

Até 2020, com 43% a serem aplicados nas empresas e 18% em inclusão social e emprego.



GRANDE ENTREVISTA MANUEL CASTRO ALMEIDA

“O programa Revitalizar não tem sido um sucesso”

Reavaliação Secretário de Estado admite mudanças no programa de recuperação de empresas.

Bruno Faria Lopes
bruno.lopes@economico.pt

A 'troika' está a avaliar aquilo que entende serem obstáculos à eficácia do programa Revitalizar, destinado à recuperação de empresas em dificuldades – obstáculos que Manuel Castro Almeida também reconhece de forma invulgarmente aberta, admitindo que a forma de funcionamento do programa – quer nos incentivos dos gestores de falência, quer na articulação da recuperação com outras esferas do Estado, sobretudo a Administração Tributária – precisa de uma reponderação que estará a ser trabalhada.

O programa Revitalizar está a ser avaliado pela 'troika'. Há bloqueios ao melhor funcionamento do programa e que são já conhecidos, como a actuação do Fisco [que tem dificultado a aprovação e a impugnar planos de recuperação de empresas que recorrem ao Revitalizar]. Como está a correr a avaliação? Vão sair daí alterações à forma como o programa está a correr? A minha convicção é que o pro-

grama precisa de uma reapreciação que está a ser feita agora. Dentro de pouco tempo teremos ideias claras sobre isso. Não tem sido um sucesso. Precisa de reponderação.

Mas pode identificar obstáculos ao sucesso do programa? As questões sobre a actuação do Fisco têm sido noticiadas e são públicas, depois há o facto de os gestores de insolvência serem pagos da massa falida e não em função da recuperação... São factores passíveis de melhorar? Citou uma área onde manifestamente as coisas não estão a correr bem e vamos ter de rever. Não queria falar mais de áreas sectoriais sem ter uma posição articulada com os meus colegas.

A Agência para o Desenvolvimento – que resulta da fusão do Observatório do QREN com mais dois institutos – vai resultar em que tipo de poupança? Não recia diminuição de eficiência?

Tomaremos todas as cautelas para que não haja quebra de eficiência, quer internamente, quer na relação com Bruxelas, para garantir que vamos manter o contrato de confiança que existe entre o Estado português e a Comissão Europeia. Por outro lado, vamos ganhar uma maior coerência e mais sinergias no uso da gestão dos fundos europeus, concentrando numa única agência os três serviços que até hoje existiam. Dependiam de três ministros diferentes: Finanças, Economia e Segurança Social. Esses três serviços ficam agora num só, alojados na Presidência do Conselho de Ministros, sob a tutela do ministro Poiares Maduro, que é o responsável máximo por esta estrutura toda.

E as poupanças? A fusão também resultará dessa motivação de poupar...

Mas não foi a principal motivação. A principal foi no sentido da integração e da eficácia. Mas também vamos fazer o melhor trabalho com menos recursos. Vamos poupar várias centenas de milhares de euros por ano em rendas.

E pessoas?

Isso não está ainda definido, mas a esse nível não haverá poupança significativa.

Nem redução de postos de trabalho?

Ao nível técnico garantidamente não, porque estes técnicos têm uma sobrecarga grande. Mas se calhar não é preciso ter três telefonistas e três porteiros se passa a ter um único edifício. Mas fazer poupanças a nível técnico seria desperdício. Seria poupar no farelo e gastar na farinha. ■

Castro Almeida defende mudanças no programa de recuperação de empresas.



Paula Nunes

“

Dentro de pouco tempo teremos ideias claras sobre isso [programa Revitalizar]. Não tem sido um sucesso. Precisa de reponderação.

Citou uma área [articulação do Revitalizar com o Fisco] onde manifestamente as coisas não estão a correr bem. Vamos ter de resolver.

“Melhor ajuda às empresas é pôr as contas públicas em ordem”

Castro Almeida lida com fundos europeus, vistos facilmente como uma forma de apoio financeiro às empresas – mas, para o governante, esta nem é a forma principal de apoio do Estado aos empresários. “A melhor ajuda é por as suas contas públicas em ordem”, afirma. As vantagens invocadas são muitas: “Significa que quando o Estado tiver as suas contas em ordem pode baixar os impostos e deixa de precisar de competir com as empresas à procura de um bem escasso que é

“

Esse trabalho [de reequilíbrio das finanças públicas] está atrasado e claro que é o Governo que tem de o fazer.

o crédito – é a ajuda estrutural”, remata. Numa altura em que os cortes de 3,6 mil milhões de euros na despesa pública em 2014 dividem cada vez mais o espectro político, Castro Almeida não mostra ter muitas dúvidas. “As famílias e as empresas já ajustaram os seus orçamentos, o Estado é que está mais atrasado nesse trabalho”, afirma. Mas não é o Governo o responsável por cortar e reorganizar? “Esse trabalho está atrasado e claro que é o governo que tem de o fazer”, conclui.

GRANDE ENTREVISTA MANUEL CASTRO ALMEIDA

“Os fundos europeus para PME vão triplicar”

O secretário de Estado do Desenvolvimento Regional revela que, através do Portugal 2020, o país irá receber 21 mil milhões de euros em fundos europeus, o que facilita o reforço dos apoios a PME. Admite ainda que “o Revitalizar não tem sido um sucesso” e prepara mudanças. — P4 A 6

